

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.552 - PE (2019/0256902-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : LUIZ ALBERTO DO NASCIMENTO 16710177491
AGRAVANTE : LUIZ ALBERTO DO NASCIMENTO
ADVOGADOS : PAULO SÉRGIO CAVALCANTI ARAÚJO E OUTRO(S) -
PE014453
MARCELA MOREIRA ARAÚJO - PE031792
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : MARIA LAURA DOMINGUES DE OLIVEIRA ALCOFORADO E
OUTRO(S) - PE008895

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **LUIZ ALBERTO DO NASCIMENTO e OUTRO**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 296/297 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 194/195, e-STJ):

EMBARGOS À À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO ACOMPANHADO DE CÁLCULOS. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. EMBARGOS NÃO PROTELATÓRIOS. EXCLUSÃO DA MULTA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS NÃO DEVIDOS. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

1. Apelação interposta contra sentença que julgou improcedentes os embargos à execução de título executivo extrajudicial (Contrato Particular de Consolidação, Confissão, Renegociação de Dívida e outras Obrigações) promovida pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, rejeitando as alegações dos devedores embargantes.

2. A petição inicial da ação executiva foi instruída com o contrato de abertura de crédito fixo em que houve a entrega de quantia certa ao devedor em data pré-determinada, de modo que o referido contrato apresenta-se como título executivo extrajudicial hábil a instruir a presente execução. (PROCESSO:

00068411020134058300, AC593573/PE, DESEMBARGADOR FEDERAL CID MARCONI, Terceira Turma, JULGAMENTO: 30/03/2017, PUBLICAÇÃO: DJE 07/04/2017 - Página 171).

3. O que Contrato Particular de Consolidação, Confissão, Renegociação de Dívida e Outras Obrigações instruiu a inicial é título executivo judicial, porquanto se encontra assinado pelos devedores e por duas testemunhas, como previsto no inciso III, do art. 784 do CPC. Além disso, verifica-se que tal contrato também está acompanhado dos cálculos de apuração da dívida, nos quais estão discriminados os valores do empréstimo bem como as condições do seu pagamento e critérios de apuração da mora 4. Os apelantes não instruíram o seu pedido inicial com nenhum elemento de

cálculo que evidenciasse a existência de possíveis ilegalidades no contrato em execução ou nos financiamentos que lhe deram origem. A alegação de ocorrência de excessos de cobrança sem indicação do valor que entendem devido não é suficiente para infirmar a legitimidade da execução, a liquidez, a certeza e a exigibilidade do título.

5 Aa defesa dos devedores não se mostrou protelatória. A peça inicial dos embargos e a apelação demonstram inquestionável razoabilidade, a despeito de desprovidas de elementos de prova. Em adição, verifica-se que não foi requerida a suspensão da execução, o que também evidencia não se tratar de embargos protelatórios, devendo ser acolhido o pedido de exclusão da multa aplicada na sentença.

6. Os honorários advocatícios sucumbenciais também não devem ser pagos pelos embargantes, ora apelantes, posto que a CAIXA sequer foi citada, limitando-se sua participação à apresentação das contrarrazões aos embargos de declaração.

7. Apelação provida em parte, para excluir da condenação a multa e os honorários advocatícios sucumbenciais.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 236/239, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre embargos à execução visando discutir valores cobrados no bojo do processo executivo. O Juízo de primeiro grau rejeitou liminarmente os embargos, ante a inexistência de indicação do valor entendido como devido, assim como a ausência de planilha de cálculos. O Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso, a fim de afastar a multa aplicada por litigância de má-fé.

Em suas razões de recurso especial, os recorrentes, ora agravantes, apontam ofensa aos artigos 917, III e VI, parágrafos 2º e 4º e 1.022, II, do CPC/15. Sustentam, em síntese: i) houve negativa de prestação jurisdicional, sem indicar expressamente qualquer vício; e ii) os embargos deveriam ter sido julgados com base no art. 917, VI, do CPC/15 e, por conseguinte, não seria necessária a juntada de documentos e a indicação dos valores.

Contrarrazões às fls. 280/294, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de inexistir negativa a prestação jurisdicional, bem como rever o entendimento da Corte local demandaria o reexame de fatos e provas e a interpretação das cláusulas contratuais.

Daí o presente agravo (fls. 302/312, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual os recorrentes objetivam refutar os óbices aplicados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 326/335, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. Inicialmente, não se pode conhecer da apontada violação do art. 1.022 do CPC/15, pois as alegações que a fundamentaram são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros sobre os quais tenha incorrido o acórdão impugnado. Incide, no caso, por analogia, a Súmula 284/STF.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE CONTRATOS BANCÁRIOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VÍCIO DE JULGAMENTO ULTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/1973. ARGUMENTOS GENÉRICOS. INCIDÊNCIA. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DE LEI. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa aos arts. 165, 458 e 535 do CPC/1973 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

(...)

7. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1040688/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 26/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/73. PEDIDO GENÉRICO. SÚMULA N. 284/STF. PERDA DA POSSE DO BEM RECONHECIDA NA ORIGEM. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/73 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos. **Ademais, não se admite alegação genérica de ofensa ao art. 535 do CPC/73, cabendo ao recorrente indicar os motivos específicos pelos quais haveria violação da norma, medida não adotada na espécie, o que atrai o óbice da Súmula n. 284/STF.**

(...)

(AgRg no AREsp 615.808/RS, Relator o Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 27/03/2015)

2. Na hipótese, o acórdão não merece reforma, pois conforme o entendimento desta Corte Superior, cabe ao embargante ao deduzir, em sede de embargos à execução, pedido de revisão contratual fundado na abusividade de encargos que importe em excesso de execução, declarar na petição inicial o valor que entende correto e apresentar a respectiva memória de cálculo, **como é o caso dos autos**, em que eventual reconhecimento de

cumulação abusiva da comissão de permanência com os juros moratórios ensejaria em novos valores.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO EMBARGANTE.

1. Conforme entendimento desta Corte, cabe ao embargante, ao deduzir, em sede de embargos à execução, pedido de revisão contratual fundado na abusividade de encargos que importe em excesso de execução, declarar na petição inicial o valor que entende correto e apresentar a respectiva memória de cálculo. Inteligência do art. 739-A, § 5º, do CPC/73, vigente à época. Precedentes.

1.1. No caso em tela, o embargante não se desincumbiu do ônus que lhe fora atribuído, o que implicou a rejeição liminar aos embargos.

Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1514889/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 19/02/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. PRETENSÃO DE REVISÃO DE CONTRATOS ANTERIORES EFETUADA DE FORMA GENÉRICA. ART. 739-A, 5º, DO CPC/73. IMPOSSIBILIDADE. VERBA HONORÁRIA FIXADA EM PERCENTUAL. POSSIBILIDADE.

1. A pretensão de revisar contratos anteriores de forma genérica, sem impugnação específica das ilegalidades ou abusividades existentes, com a apresentação de planilha e indicação do valor do débito, não é mais possível em sede de embargos à execução após a nova redação do artigo 739-A, § 5º, do Código de Processo Civil de 1973.

2. É possível a fixação da verba honorária em percentual sobre o valor da execução, nos termos do § 4º do art. 20 do CPC/73, pois é um critério eleito pelo julgador para se chegar a determinado valor que entende como razoável para remunerar o trabalho desenvolvido pelo advogado na causa.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1635589/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 22/05/2017)

Assim, aplicável a súmula 83 do STJ.

3. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator